



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

Nº 265.592/2016-AsJConst/SAJ/PGR

**Arguição de descumprimento
de preceito fundamental 402/DF**

Relator: Ministro **Marco Aurélio**

Requerente: Rede Sustentabilidade

Interessados: Presidente da Câmara dos Deputados

O **PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA**, na ação em epígrafe, vem expor e requerer o que se segue.

No parecer que se encontra na peça 46 do processo eletrônico, a Procuradoria-Geral da República sustentou perda do objeto da arguição, devido ao afastamento do então Presidente da Câmara dos Deputados, EDUARDO COSENTINO DA CUNHA, de suas funções. Considerando a possibilidade de a ação vir a ser julgada no mérito, vem oferecer esta manifestação.

Esta arguição de descumprimento de preceito fundamental possui como objetivo central definir interpretação resultante de compreensão sistemática e finalística da Constituição segundo a qual pessoas com denúncia criminal recebida pelo Supremo Tribunal Federal sejam consideradas inaptas para ocupar os cargos apontados nos arts. 79 e 80 da Constituição da República.¹ Como

¹ “Art. 79. Substituirá o Presidente, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Presidente.

consequência, pedia afastamento do sr. EDUARDO COSENTINO DA CUNHA do cargo de Presidente da Câmara dos Deputados, pois é réu no inquérito 3.983/DF, em que denúncia da Procuradoria-Geral da República foi recebida, por unanimidade do Supremo Tribunal Federal, em 3 de março de 2016.

A arguição busca diferenciar a situação de alguma das autoridades na linha de substituição da Presidência da República ser alvo de denúncia recebida por juízes e tribunais que não o Supremo Tribunal Federal. Isso pode ocorrer, porque um parlamentar pode ter tido denúncia recebida anteriormente à eleição, com posterior deslocamento para o STF do foro competente para julgá-lo.

Ao ver da Procuradoria-Geral da República, tem razão o arguente ao afirmar que cidadão réu em ação penal no Supremo Tribunal Federal não pode ocupar cargo que esteja na ordem de vocação constitucional para substituir o Presidente da República, quer a acusação tenha sido recebida pela Suprema Corte ou por outro órgão competente do Poder Judiciário. Em ambos os casos, é a mesma sua condição jurídica de réu, que atrai a proibição do art. 86, § 1º, inciso I, da Constituição da República.²

Existe indissociabilidade entre a competência dos Presidentes da Câmara e do Senado para substituir o Presidente da República e

Parágrafo único. O Vice-Presidente da República, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Presidente, sempre que por ele convocado para missões especiais.

Art. 80. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.”

2 “§ 1º O Presidente ficará suspenso de suas funções:

I – nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal;

II – nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.”

o papel das próprias casas legislativas nessa substituição. A Constituição da República determina, no art. 80, que o Presidente da Câmara, o do Senado e o do Supremo sejam substitutos do chefe do Executivo em ausências e impedimentos, logo depois do Vice-presidente. Em situações como a atual, a importância dessa função é ainda maior, porque não há vice-presidente em exercício no País.

Em prol da segurança jurídica, do princípio da moralidade e do respeito ao estado democrático de direito, não se deve admitir que os órgãos de representação popular vocacionados a suceder o Presidente da República estejam afastados de antemão dessa linha de substituição, por problemas pessoais de seus titulares.

A representação popular e o Poder Legislativo não podem privar-se de exercer seu papel constitucional por fatores individuais. O Legislativo tem de ser presidido por cidadãos que estejam plenamente aptos a exercer **todas** as funções próprias dessa magna função. A atividade política é muito nobre e deve ser preservada de pessoas envolvidas com atos ilícitos, ainda mais quando já sejam objeto de ação penal em curso na Suprema Corte do País.

A conclusão, portanto, Srs. Ministros, deve ser a de que réus em ação penal **não podem ocupar nenhum dos cargos** indicados nos arts. 79 e 80 da Constituição, como passíveis de substituir o de chefe do Poder Executivo da federação.

Poder-se-ia objetar que essa vedação não está **expressa** no texto da Constituição. Isso não a torna menos aplicável, por interpretação sistemática e finalística da Constituição. Resulta da compreensão adequada de seu art. 86, § 1.º, I, que determina afastamento do Presidente da República do cargo, se recebida denúncia ou queixa-crime, em infrações penais comuns, pelo Supremo Tribunal Federal.

Na verdade, até com mais razão isso se aplica aos demais substitutos potenciais do chefe do Executivo, segundo os arts. 79 e 80. A Constituição não aceita alguém destinatário do voto popular exercer as funções de Presidente da República, ao ter denúncia ou queixa recebida. Com mais razão, alguém **sem esse mesmo mandato** e réu em ação penal no STF jamais poderia desempenhar aquelas funções.

Há diferença fundamental entre a situação de certa autoridade estar impedida **ocasionalmente** de substituir o Presidente da República, como a hipótese de doença. Bem diversa é a condição de réu em processo penal, a qual, pela duração natural dos processos em tribunais, costuma delongar-se por anos.

Não é admissível que alguém acusado de infração penal impeça o normal funcionamento dos órgãos máximos do País e contribua para degradar a respeitabilidade das instituições da República.

Se não é compatível com a dignidade e com a plenitude da representação popular a condição de deputado ou senador inapto a exercer plenamente o mandato popular, com razão adicional parece inaceitável que **o próprio presidente** de uma das casas legislativas esteja impedido de desempenhar uma de suas mais relevantes funções.

Essa condição especial dos presidentes do Legislativo é apontada corretamente neste processo em diversos pontos, inclusive por acertada citação de CELSO RIBEIRO BASTOS. Para ele, a razão de apenas brasileiros natos poderem ocupar a presidência das casas do

Congresso Nacional – art. 12, § 3.º, da Constituição³ – é precisamente proteger a linha de substituição da Presidência da República.

A vida da sociedade e o funcionamento do Estado têm aspiração a funcionar em regime de **normalidade** e não de sobressalto e indignação permanentes. Não se pode admitir como normal que alguém réu em ação penal ocupe a mais alta magistratura da Nação, ainda que de forma transitória. O Presidente da República, mesmo apenas em substituição eventual, precisa ter tranquilidade suficiente para dedicar-se por inteiro ao serviço da Nação. Alguém acusado de crime na mais alta Corte do País não poderá desfrutar dessa quietude, pois terá sobre si, permanentemente, a possibilidade de vir a ser condenado e iniciar o cumprimento de pena. Ademais, precisará dedicar parte de seu tempo valioso e desviar-se da Chefia da Nação para tratar com advogados e participar de atos do processo. Tudo isso tende a perturbar-lhe a mente, o equilíbrio e a isenção e a causar prejuízos à sua capacidade de julgamento, demandada diuturnamente em decisões graves.

Imagine-se um Presidente da República em exercício ser intimado para sessão de julgamento criminal no Supremo Tribunal Federal, para ser interrogado pelo relator do processo ou para participar de acareação. Essas atribuições prejudicariam o exercício da função presidencial e exporiam a inaceitável descrédito a nobilíssima função e o próprio País, no cenário internacional.

3 “§ 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

- I – de Presidente e Vice-Presidente da República;
- II – de Presidente da Câmara dos Deputados;
- III – de Presidente do Senado Federal;
- IV – de Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- V – da carreira diplomática;
- VI – de oficial das Forças Armadas.
- VII – de Ministro de Estado da Defesa.”

Como compatibilizar essa situação com o princípio da moralidade, erigido a princípio fundamental pelo art. 37 da Constituição? Como valorizar o primado das leis e do estado de direito – a chamada *rule of law* – com um réu em ação penal à frente da Chefia do Estado brasileiro? Que mensagem e que exemplo esse estado de coisas daria para as crianças e adolescentes brasileiros e para todo o povo? O de que pessoa acusada de crimes graves em processo admitido pelo Supremo Tribunal Federal pode estar à frente do governo?

Essa ordem de ideias em nada colide com o princípio da presunção de inocência, também acolhido pela Constituição, pois ela própria o excepcionou no art. 86, § 1.º, I, ao proibir que Presidente da República com denúncia ou queixa recebida ocupe esse cargo.

Pelas razões acima, o Ministério Público Federal entende que, caso conhecida esta arguição de descumprimento de preceito fundamental, deva o pedido ser julgado procedente, para fixar a interpretação constitucional de que nenhuma pessoa com impedimento para exercer a Presidência da República, inclusive por ser réu em ação penal no Supremo Tribunal Federal, possa, ainda que em substituição eventual, ocupar os cargos da linha de substituição dos arts. 79 e 80 da Constituição da República.

Brasília (DF), 3 de novembro de 2016.

Rodrigo Janot Monteiro de Barros

Procurador-Geral da República